

DA PLANTA AO LUGAR: O SIMBOLISMO LINGÜÍSTICO-CULTURAL DOS FITOTOPÔNIMOS EM ARAPIRACA

*Taís Caroline Leite dos Santos Aquino
Pedro Antonio Gomes de Melo*

Resumo: Este estudo discute os nomes de quatro povoados arapiraquenses relacionados à flora, buscando compreender suas conexões com a dinâmica de organização socioespacial em diálogo com as concepções de toponímia, território e cultura. Busca-se descrever como tais nomes revelam aspectos da flora regional e se articulam às dimensões culturais de um município do agreste alagoano. Teoricamente, filia-se ao campo da Toponímia, em especial as contribuições classificatórias de Dick; em diálogo com trabalhos acerca de território de Haesbaert (2004); Schneider e Tartaruga (2004) e dos estudos culturais de Laraia (2001); Hall (2003); Bauman (2005), dentre outros. Quanto à metodologia, configura-se como um estudo de natureza básica, de abordagem qualitativa e objetivo descritivo. A análise evidenciou que a vegetação local, em particular, espécies alimentícias e artesanais, influenciou práticas línguio-culturais e identitárias, atuando como elemento decisivo na nomeação de espaços da área rural de Arapiraca.

Palavras-chave: Linguística. Toponímia. Território. Cultura. Arapiraca.

FROM PLANT TO PLACE: THE LINGUISTIC-CULTURAL SYMBOLISM OF PHYTOTOPONYMS IN ARAPIRACA

Abstract: This study discusses the names of four villages in Arapiraca associated with flora, seeking to understand their connections with the dynamics of socio-spatial organization in dialogue with the concepts of toponymy, territory, and culture. It aims to describe how these names reveal aspects of the regional flora and how they are linked to the cultural dimensions of a municipality located in the Agreste region of Alagoas. Theoretically, the study is grounded in the field of Toponymy, especially in Dick's classificatory contributions, in dialogue with works on territory by Haesbaert (2004), Schneider and Tartaruga (2004), and cultural studies by Laraia (2001), Hall (2003), and Bauman (2005), among others. Regarding methodology, it is characterized as a basic research study with a qualitative approach and a descriptive objective. The analysis showed that local vegetation, particularly food-producing and craft-related plant species, influenced linguistic, cultural, and identity-related practices, acting as a decisive element in the naming of spaces within the rural area of Arapiraca.

Keywords: Linguistics. Toponymy. Territory. Culture. Arapiraca.

DE LA PLANTA AL LUGAR: EL SIMBOLISMO LINGÜÍSTICO-CULTURAL DE LOS FITOTOPÓNIMOS EN ARAPIRACA

Resumen: Este estudio analiza los nombres de cuatro poblados de Arapiraca relacionados con la flora, con el propósito de comprender sus conexiones con la dinámica de organización socioespacial en diálogo con las concepciones de toponimia, territorio y cultura. Se busca describir cómo dichos nombres revelan aspectos de la flora regional y se articulan con las dimensiones culturales de un municipio del Agreste alagoano. Teóricamente, se inscribe en el campo de la Toponimia, especialmente en las contribuciones clasificatorias de Dick; en diálogo con los trabajos sobre territorio de Haesbaert (2004), Schneider y Tartaruga (2004), y con los estudios culturales de Laraia (2001), Hall (2003) y Bauman (2005), entre otros. En cuanto a la metodología, se configura como un estudio de naturaleza básica, con enfoque cualitativo y objetivo descriptivo. El análisis evidenció que la vegetación local, en particular las especies alimenticias y artesanales, influyó en las prácticas lingüísticas, culturales e identitarias, actuando como un elemento decisivo en la denominación de espacios del área rural de Arapiraca.

Palabras-clave: Lingüística. Toponimia. Territorio. Cultura. Arapiraca.



1. INTRODUÇÃO

A Toponímia, enquanto uma disciplina científica da Onomástica, que é uma área das Ciências do Léxico, pode nos ajudar a desvelar o cenário aproximado das representações reais e/ou simbólicas de um dado território, uma vez que materializa na língua, em especial em nível do léxico, traços da paisagem natural, aspectos sociais, históricos e culturais do espaço geográfico no qual o topônimo se insere.

O ato de nomear lugares – realizado pelo sujeito-nomeador é uma prática discursiva de apropriação do espaço. Adotamos, neste estudo, o conceito de sujeito-nomeador proposto por Melo (2026), segundo o qual essa categoria toponímica dialoga com a noção de sujeito da Análise do Discurso (AD). À vista disso, o sujeito-nomeador não se refere a um indivíduo (um “eu” individual) com características psicológicas ou biológicas, mas à posição que ele – ou um grupo social por ele representado – ocupa em relação à linguagem e ao discurso, sendo essa posição constituída por fatores históricos, sociais e ideológicos. (Melo, 2026, p. 11).

Esse processo, motivado por fatores físicos, históricos, políticos ou culturais, mostra-nos a forma como as comunidades percebem e organizam o território. A linguagem, nesse viés, expressa a maneira como cada povo constrói sua visão de mundo, refletindo a íntima relação entre o espaço vivido, o meio ambiente e a cultura que o define. Com isso, a Toponímia é um campo interdisciplinar, visto que, dialoga com outras ciências que contribuem para compreender a relação entre linguagem, território e cultura.

É pertinente evidenciar que geralmente, quanto às motivações toponímicas dos povoados alagoanos, não se encontra em abundância registros escritos sobre suas origens e causas toponímicas, logo há escassez de pesquisas voltadas especificamente para essa temática no estado de Alagoas. Nesse contexto, considerando os aspectos geográficos e culturais, o presente artigo busca responder: quais fatores e complexidades línguo-culturais

influenciaram as escolhas toponímicas relacionadas à flora dos povoados arapiraquenses?

Sob essa égide, este trabalho se justifica pela temática relevante e atual, articulando memória, história e toponímia no contexto rural de Alagoas, na busca de se compreender de forma interdisciplinar as inter-relações entre o território e a toponímia para uma melhor compreensão das possíveis relações entre o lugar habitado, sua cultura e o sujeito-nomeador. Com efeito, viabilizando o (re)conhecimento de sua cultura, história e características de determinada região, bem como seus caracteres físico-geográficos preservados nos significados dos topônimos.

Deste modo, este estudo tem como objetivo discutir os nomes de quatro povoados arapiraquenses relacionados à flora local e sua relação com as concepções de toponímia, território e cultura. Cumpre destacar que este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que está em andamento.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e objetivo descritivo, sendo de natureza básica e gênero teórico, conforme Paiva (2019), por buscar ampliar o conhecimento científico sobre os nomes de lugares. Com isso, foram levantados 24 povoados rurais de Arapiraca, dos quais se analisou um recorte de 4 fitotopônimos, a partir de fontes bibliográficas e documentais, utilizando o Modelo Taxonômico de Classificação dos Topônimos (MTCT) de Dick (1990).

Nessa perspectiva, este artigo organiza-se em seis seções principais. A primeira apresenta as considerações iniciais, situando a temática e a relevância do estudo sobre os fitotopônimos na formação identitária do município de Arapiraca. A segunda seção traz um breve histórico do município de Arapiraca e de seus povoados, contextualizando o espaço geográfico e social da pesquisa. A terceira discute os fundamentos teóricos que articulam os conceitos de Toponímia, Cultura e Território. A quarta descreve os procedimentos metodológicos e o *corpus* composto por 24 povoados rurais de

Arapiraca, dos quais foi selecionado um recorte de quatro fitotopônimos representativos da flora local para análise. Por fim, a quinta e a sexta seção apresentam a análise e discussão dos resultados, evidenciando como os nomes de origem vegetal refletem a relação entre língua, natureza e cultura na construção simbólica do território arapiraquense. Ao final do texto, expõem-se as considerações finais e as referências.

2. O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA E SEUS POVOADOS: UM BREVE HISTÓRICO

Antes do processo de urbanização, a área que hoje corresponde ao município de Arapiraca era coberta por matas e vegetação nativa. A formação do município ocorreu a partir da atividade agrícola, desenvolvida com base nos recursos naturais disponíveis. Dessa forma, a agricultura e os elementos da paisagem não apenas favoreceram o surgimento dessa localidade, mas também estruturaram suas bases econômicas, espaciais e culturais, contribuindo para a expansão territorial do lugar. Então, os povoados desempenham papel fundamental na constituição do território arapiraquense e na formação de sua identidade histórica e cultural, expressa também por meio de seus nomes.

Sob esse viés, Salazar-Quijada *apud* Melo (2018, p. 43) afirma que a pesquisa toponímica consiste no “estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (Salazar-Quijada, 1985, p. 18, tradução nossa). Dessa maneira, compreender o contexto histórico, físico e sociocultural de Arapiraca é essencial para situar o espaço em que os topônimos se formam e se perpetuam, revelando as formas pelas quais as comunidades nomeiam e significam o território.

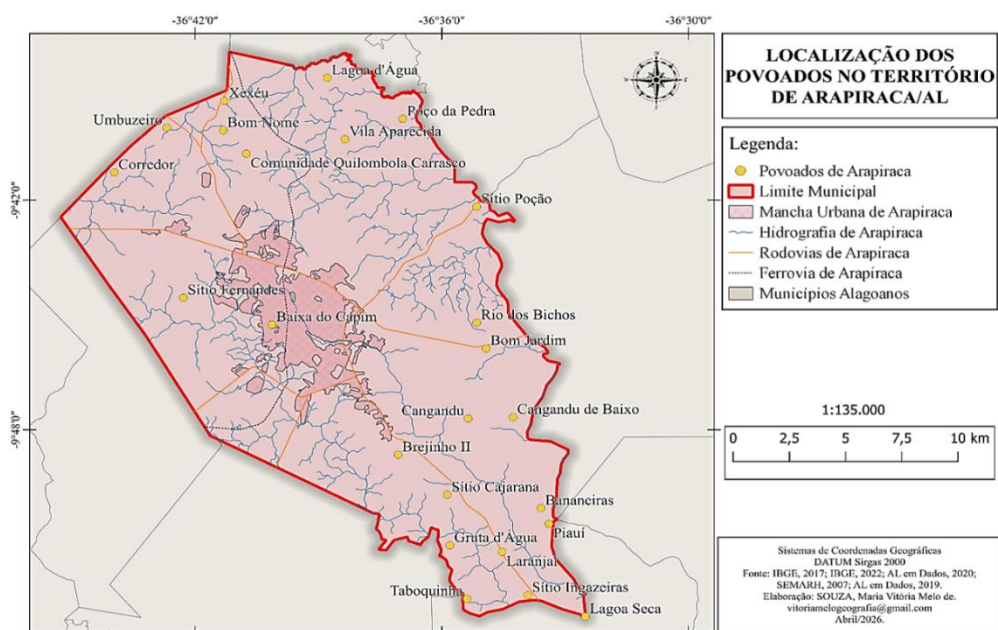
Quanto à origem do nome, Dantas (2023) explica que o nome Arapiraca vem de uma árvore da família das mimosáceas, comum na região onde iniciou o povoamento. De origem indígena, o termo parte da junção de *ara* (periquito), *poya* (pousa) e *aca* (ramo), significando “árvore em que o periquito pousa”.

No âmbito histórico, Filho e Silva (2024) relatam que, em 1843, o capitão Amaro da Silva Valente adquiriu uma propriedade denominada Cangandu. Anos depois, em 1848, sua filha Maria Isabel da Silva Valente, juntamente com seu esposo Manoel André, passou a ocupar parte dessas terras, dando início às atividades agrícolas. Nas proximidades de uma lagoa formada pelas águas do Riacho Piauí, fixaram moradia e estruturaram o sítio Lagoa de Arapiraca, reconhecido como o núcleo inicial do povoamento que posteriormente originaria o município.

Além da sede urbana, Arapiraca possui 24 povoados que compõem sua zona rural e contribuem para a configuração territorial, cultural e econômica do município. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1999), o povoado é uma localidade rural com número significativo de edificações e serviços de uso coletivo - como escola, capela, posto de saúde ou comércio -, não sendo sede municipal nem distrital. Classifica-se como aglomerado rural isolado, caracterizado pela concentração de moradias em área não contínua ao perímetro urbano e pela existência de vida comunitária própria.

Apresenta-se, a seguir, a Figura 1 que ilustra a localização espacial dos vinte e quatro povoados do município arapiraquense.

Figura 1 - Mapa da localização dos povoados no território de Arapiraca/AL.



Fonte: IBGE (2017; 2022; 2025); AL em Dados (2019; 2020); SEMARH (2007). Elaboração de Maria Vitória Melo de Souza (2026).

Conforme a Prefeitura Municipal de Arapiraca (2026), essas localidades rurais vêm recebendo investimentos em infraestrutura, pavimentação, educação e mobilidade, reforçando a relevância do espaço rural na construção das identidades culturais e nas dinâmicas socioespaciais do município, além de evidenciar a permanência desses espaços no processo de desenvolvimento territorial.

O município de Arapiraca localiza-se na região do Agreste de Alagoas, na porção central do estado, sendo a segunda maior cidade em termos populacionais e distando cerca de 130 km de Maceió (AL). Em relação à área geográfica, Xavier e Dornellas (2012) destacam que o município apresenta uma configuração geomorfológica composta por serrotes distribuídos em uma superfície predominantemente plana. A região é drenada por quatro bacias hidrográficas: Piauí, Perucaba, Coruripe e uma pequena porção do riacho Salgado, tributário do rio Traipu.

Portanto, compreender o *lôcus* da pesquisa implica analisar as formas de ocupação, nomeação e significação desses espaços, cuja diversidade

toponímica reflete a memória, a identidade e os valores linguístico-culturais da população arapiraquense.

3. TOPONÍMIA, CULTURA E TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO DE INCLUSÃO

Esta seção está alicerçada nos conceitos teóricos do campo da Toponímia, território e cultura, a fim de fundamentar os principais argumentos que conduziram as análises aqui apresentadas e contribuir para a reflexão e discussão dos dados alcançados. Logo, estruturou-se esta seção em três subseções: A Toponímia: conceitos e definições, A cultura: conceitos e definições e O território: conceitos e definições.

3.1 A Toponímia: conceitos e definições

Para entender o processo de nomeação dos lugares, é importante saber que as pesquisas toponímicas no Brasil ganharam destaque a partir dos estudos pioneiros de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que, em 1980, apresentou sua tese “A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos na Universidade de São Paulo”. Nessa obra, a autora sistematizou um modelo taxonômico que permitiu classificar os nomes de lugares, os topônimos, segundo suas motivações físicas e antropoculturais.

Essa proposta representou um marco na organização dos estudos toponímicos brasileiros, pois trouxe uma metodologia científica que possibilitou identificar as causas motivadoras dos nomes de lugares. A partir desse trabalho, a Toponímia tornou-se uma área autônoma dentro da Linguística, influenciando pesquisas posteriores em diferentes regiões do país.

Segundo Dick (1990, p. 19), a Toponímia corresponde a “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Dessa maneira, o ato de nomear lugares se constitui prática social em que o sujeito-nomeador está em uma

íntima relação com a língua e com o meio onde vive, visto que, ao se atribuir um topônimo a um aglomerado humano de moradores fixos (cidade, vila, povoado, lugarejo etc.), estabelece-se uma conexão entre a localidade e o nome a ela atribuído, em que as partes formam um todo representativo. É notável essa conexão nos nomes dos povoados, onde os moradores recorrem à nomeação como forma de representar suas vivências, valores e percepções do espaço em que estão inseridos.

Nas palavras de Melo (2013, p. 40), esse processo simbiótico, entre o homem, a língua e seu habitat, expressa que:

[...] o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura. É importante destacarmos que ao pensar sobre o processo denominativo, é preciso compreender que esse ato se constitui nessa relação: léxico, habitat e sociedade, por conseguinte, pensar sobre o ato de designar lugares requer, considerarmos que esse processo linguístico se constitui nessa mesma relação.

A partir do processo de nomeação de lugares e, conseqüentemente, da formação do léxico toponímico, instala-se “a cadeia onomasiológica propriamente dita, em um determinado espaço, o que possibilitará o desenvolvimento de análises nominais e a conseqüente afixação de um modelo ou padrão de nomes [...]” (Dick, 2008, p. 142). Dessa forma, as pesquisas toponímicas possibilitam conhecer novos saberes em interlocução com a Linguística, a Geografia, a História, a Sociologia, a Psicologia e outras ciências humanas e sociais, visto que os nomes dos aglomerados rurais carregam, em seu léxico, aspectos históricos, culturais, sociais e espaciais relacionados às experiências dos grupos que habitam esses territórios.

A onomástica (ou modernamente denominada Toponomástica) se divide em dois grandes campos de investigação, a saber: a Antroponímia – estudo dos nomes próprios atribuídos a seres humanos (do gr. Antropos, ‘homem’) –, e a Toponímia – entendida, em seu sentido geral, como o estudo dos nomes próprios atribuídos a lugares (do gr. Topos, ‘lugar’). Os topônimos passam a ser compreendidos como:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia se situa como crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é um instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas e criando raízes em solos distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (Dick, 1990, p. 22).

Dick (2008) afirma o pensamento anterior quando argumenta que a toponímia preserva aspectos culturais de um lugar e funciona como formas conservadoras da memória do núcleo que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas. Logo, o acervo toponímico de um dado território tende a incorporar uma porção significativa na motivação dos nomes de suas localidades, os quais são influenciados pela ideologia, cultura, política, sociedade e histórias veiculadas pelos habitantes de um espaço geográfico.

Os nomes de lugares habitados, conforme o autor:

[...] se incluem em dois blocos, quais sejam: i) no léxico geral, como signos linguísticos que se modificam como os demais lexemas, podendo sofrer todas as influências, mudanças e transformações ocorridas na língua; ii) no léxico específico da ciência onomástica, como signos toponímicos que designam lugares. (Melo, 2024, p. 9).

Na categorização dos processos de formação, os signos toponímicos se classificam em: elemento específico simples – topônimo formado por um único formante; elemento específico composto – topônimo composto por mais de um elemento formador de uma mesma procedência linguística; elemento específico híbrido – topônimo dotado de elementos de origem linguística diferente. (Dick, 1992).

No plano mórfico em sua ordem linear, eles são constituídos por dois termos, quais sejam: i. elemento genérico ou vocábulo toponímico básico, que é relativo à entidade geográfica que vai receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes; ii. elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, que individualiza a noção espacial nomeada. Por exemplo, nos signos toponímicos: Cidade de Arapiraca e Povoado Laranjal, há em suas disposições lineares, respectivamente, *cidade* e *povoado* como termos genéricos e *Arapiraca* e *Laranjal*, como termos específicos, ou seja, o topônimo propriamente dito.

Para compreender o objeto de estudo desta pesquisa, é importante destacar que, segundo Dick (1980), as motivações são divididas em duas categorias: de natureza física, topônimos motivados por elementos do meio natural, como relevo, rios, vegetação, fauna ou solo – exemplificam-se os fitotopônimos, que fazem referência à flora; e de natureza antropocultural, topônimos que refletem aspectos humanos e culturais, como crenças, atividades econômicas, fatos históricos e homenagens - a exemplo dos hagiotopônimos, que remetem a santos ou figuras religiosas.

3.2 A cultura: conceitos e definições

No século XVII, o termo cultura era utilizado para simbolizar aspectos espirituais de uma comunidade. Com o tempo, Edward Tylor reformulou esse conceito, atribuindo ao vocábulo inglês *Culture* o significado de “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (Laraia, 2001, p. 25). Assim como sua terminologia, a cultura tem sofrido transformações ao longo da história, visto que diferentes espaços, identidades e indivíduos podem incorporar valores diversos, adequando-se às formas de ser e viver de cada grupo.

É importante destacar que as diferenças genéticas não determinam a nomeação dos aglomerados rurais, uma vez que o nome de um lugar é uma construção cultural que não depende de raça, sexo, gênero ou nacionalidade

dos sujeitos que utilizam esses nomes. Nesse sentido, Laraia (2001) afirma que o determinismo geográfico leva em conta as particularidades do ambiente físico que influenciam a diversidade cultural. Em vista disso, os nomes dos aglomerados rurais não devem ser explicados apenas por aspectos sociais ou históricos, mas também pelas condições geográficas que moldam a vida e a visão dos grupos em diferentes regiões.

Em outra perspectiva, Hall apresenta a concepção de sociedades multiculturais, formadas desde antes da expansão europeia. Com as imigrações e deslocamentos, as pessoas passaram a produzir “sociedades étnicas ou culturalmente mistas.” (Hall, 2003, p. 55). Isso evidencia que, dentro de um mesmo espaço, podem coexistir valores culturais distintos, a depender da bagagem cultural que cada indivíduo carrega. Nesse sentido, Hall compreende a cultura como:

O estudo das relações entre elementos em um modo de vida global. A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e “culturas populares [*folkways*]” das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. (Hall, 2003, p. 136).

Então, o homem passa a ser resultado do meio em que foi socializado, a partir das experiências e conhecimentos adquiridos ao longo das gerações. Com isso, a comunicação também pode ser entendida como um processo cultural, pois não nasce biologicamente, mas é aprendida e desenvolvida socialmente. Ao contrário dos animais, o ser humano é capaz de transmitir suas vivências por meio da linguagem, permitindo que a cultura exista e seja continuamente construída. É através da comunicação que os costumes, ideias e aprendizados são compartilhados e preservados ao longo da história. Exemplo disso é o Povoado Taboquinha, cuja denominação decorre das características da flora local. Essa característica da paisagem natural influenciou, de algum modo, o cotidiano e a vivência dos moradores com o espaço, experiência que foi transmitida e preservada por meio da linguagem.

Assim como Max Weber, Geertz (2008, p. 4) afirma que “o homem é um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu” e entende a cultura como essas teias e sua análise. Isso significa que o ser humano vive cercado de significados que ele próprio cria, como crenças, costumes, valores e símbolos, e passa a viver dentro desse sistema cultural. Logo, os nomes dos povoados também carregam esses aspectos simbólicos, ultrapassando uma função meramente denominativa. Dessa forma, compreender a cultura implica interpretar os sentidos presentes nessas nomeações e entender o que esses símbolos representam para os moradores e para sua relação com o espaço.

Além disso, vivemos em uma sociedade marcada pelo consumo e por mudanças constantes. A cultura, por meio das tendências, cria desejos e novas formas de pensar. Como afirma Bauman (2011, p. 14), “A função da cultura não é satisfazer necessidades existentes, mas criar outras – ao mesmo tempo que mantém as necessidades já entranhadas ou permanentemente irrealizadas”. Isso significa que, mesmo quando algo já foi conquistado ou definido, logo surge uma nova necessidade, fazendo com que a satisfação nunca seja completa. No caso do Povoado Umbuzeiro, anteriormente denominado Capim do Umbuzeiro, as transformações culturais e as novas necessidades sociais contribuiriam para que a nomeação fosse modificada ao longo do tempo, passando a ser conhecida apenas como Umbuzeiro.

Nessa linha de raciocínio, é notória a relação entre os conceitos discutidos e os nomes de lugares. Da mesma forma que a cultura é entendida como um conjunto de valores, costumes e significados formados socialmente, a toponímia também expressa esses elementos no espaço. A cultura é dinâmica e se transforma ao longo do tempo; os nomes dos espaços também podem retoponimizar, modificando-se conforme novos valores se tornam mais relevantes. Então, a cultura torna-se fundamental para a toponímia, pois os nomes revelam como as sociedades constroem e reinterpretam seus sentidos ao longo da história.

Como observa Bauman (2005, p. 24), “a identidade é um projeto eternamente inacabado”, o que evidencia o caráter processual e mutável das construções culturais. Sob essa perspectiva, os topônimos podem ser elementos de transformação e permanência. Quando se preserva a memória de uma comunidade, o nome de um lugar insere um sentido de continuidade, mesmo em contextos de transformação. Por isso, a toponímia pode ser vista como uma forma de arquivo cultural (Hall, 2003), ao passo que concentra vestígios da história, das relações de poder e dos valores de uma comunidade. Desse modo, mesmo com o tempo, a memória coletiva tende a preservar as motivações anteriores no uso diário através dos nomes de lugares.

Nessa perspectiva, é importante pontuar que a identidade cultural é constituída a partir da lembrança coletiva. Nesse ínterim, à luz da concepção de Halbwachs (1990, p. 132) “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Esse argumento permite compreender que a permanência dos nomes dos aglomerados rurais - especialmente aqueles de natureza fitotônica, que fazem referência à flora local - está diretamente vinculada às memórias compartilhadas pelos grupos que habitam esses espaços. Sendo assim, ao atribuir elementos da vegetação nos topônimos, esses nomes não apenas identificam o lugar, mas também preservam saberes e experiências relacionados ao meio natural.

Dessa maneira, quando se tenta entender a Toponímia e a cultura em conjunto, percebe-se que os topônimos são expressões culturais, uma vez que a cultura é vista como interpretação desses. Esse pensamento se concretiza quando os autores falam sobre a cultura que “o termo tanto pode designar um panteão de grandes obras 'legítimas' como tomar um sentido mais antropológico, por englobar as maneiras de viver, sentir e pensar próprias de um grupo social.” (Cucho, 1996 *apud* Mattelart; Neveu, 2004, p. 11). Diante disso, é pertinente ver os nomes de lugares não como rótulos, mas como registros vivos da maneira de sentir o lugar e que funcionam como uma ponte que liga o território à memória coletiva e identidade dos indivíduos que habitam esse espaço.

3.3 O território: conceitos e definições

O povoado constitui um espaço que reflete as formas de organização e de vida dos grupos sociais. Ele existe porque há relações entre os moradores, o trabalho e o ambiente. Por isso, o território influencia na constituição dos povoados, visto que o modo de vida daqueles que ali residem se desenvolve conforme as características do lugar. Esse aspecto pode ser observado no Povoado Laranjal, cuja denominação decorre dos elementos vegetais presentes na região. Desse modo, o povoado deixa de representar apenas um agrupamento de casas e moradores, passando a constituir um espaço carregado de significados construídos pelas experiências humanas.

Partindo disso, os autores Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 37), explicam que o espaço-território é diferente do espaço-lugar devido a sua 'construção', por causa do dinamismo dos indivíduos que neles vivem. A noção de território, aqui, refere-se ao resultado da interação entre os espaços dos atores, em suas dimensões econômica, sociocultural e ambiental. À luz disso, os povoados podem ser compreendidos como espaços-lugares em relação ao território de Arapiraca.

O território é uma parcela do espaço definida por limites (linhas), que possui um sistema de leis e uma unidade de governo, a partir do qual as respectivas localizações e características internas são descritas e explicadas, e que, portanto, define o parcelamento do mundo (*partitioning*) dentro da história da humanidade. (Schneider; Tartaruga, 2004, p. 8).

A definição de território é vista com diferentes olhares disciplinares, o que mostra sua complexidade e riqueza analítica. O autor Haesbaert (2004) sugere uma leitura mais profunda sobre a conceituação de território, destacando três aspectos essenciais: as dimensões jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. Na sua concepção, o território é compreendido como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado”. Mas, além dessa concepção tradicional, existem outras formas de compreender o território,

cujas dimensões políticas, culturais e simbólicas também influenciam os processos de nomeação dos lugares.

Haesbaert (2004) ainda menciona que o território é como um espaço de significação e vivência, pois esse é notado, principalmente, como o produto da apropriação ou valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Essa perspectiva corrobora com o entendimento dos significados subjetivos designados aos lugares, ao território e às etapas de pertencimento, especialmente em situações em que há a desterritorialização (processo pelo qual indivíduos, grupos sociais, instituições ou práticas perdem ou são forçados a abandonar sua ligação com um território específico) e reterritorialização (processo complementar ou consequente à desterritorialização, no qual os grupos constroem novos vínculos territoriais, redefinem sua presença no espaço ou reapropriam outros territórios).

Em outra visão, o território pode ser entendido como uma unidade ativa de crescimento, que reúne seus próprios recursos, os quais não podem ser transferidos para outro lugar. Esses recursos podem ser materiais ou imateriais, assim como os saberes e práticas originais que, geralmente, estão vinculados à história local. (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009). Como ocorre no Povoado Bananeiras, a nomeação relaciona-se à própria história e às características que constituem esse território específico, estando diretamente vinculada às vivências e referências locais. Desse modo, observa-se que o nome de um lugar revela aspectos significativos para a comunidade, integrando histórias, memórias, vivências e tradições.

Em diálogo com essa perspectiva, Hall (2003) e Bauman (2005) ajudam a entender as identidades territoriais na contemporaneidade e o papel da linguagem nesse processo. Hall argumenta que as identidades são construções discursivas e que o sujeito moderno vive uma “crise de identidade”, marcada pela fragmentação e pela multiplicidade. Bauman (2005), por sua vez, descreve a modernidade como “líquida”, caracterizada pela fluidez e pela efemeridade dos vínculos. Nesse contexto, os nomes de

lugares adquirem uma função contraditória: ao mesmo tempo em que mudam com o tempo, também se tornam pontos de registros simbólicos em meio à mobilidade e à instabilidade social, contribuindo para a manutenção de referências identitárias.

Segundo Halbwachs (1990, p. 30), a memória coletiva é "uma corrente de pensamento contínuo [...] que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém". Esse pensamento constante e social apresenta-se no território, que serve como o "quadro fixo" onde os moradores manifestam as suas identidades. Por meio dos nomes de lugares, as comunidades preservam e ressignificam essa memória no espaço físico, transformando-os em símbolos vivos que ainda fazem sentido apesar do tempo. Então, essa identidade forma-se a partir da relação entre a memória e o território, visto que ele carrega e preserva os aspectos identitários ao longo do tempo.

Com isso, vemos que o território não existe apenas como espaço físico; ele é resultado da ação humana, essa ideia é confirmada na visão de Gottmann (2012, p. 523) quando diz que, "o território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo suas necessidades, mas também segundo suas lembranças e aspirações". O nome de um lugar, portanto, torna-se elemento essencial para a gestão e identificação do território, pois cada topônimo carrega em si a memória e a cultura dos grupos que o nomearam, configurando-se como um símbolo de pertencimento.

4. METODOLOGIA

Para compreender a dinâmica territorial do território arapiraquense no que se refere aos nomes de lugares rurais, é fundamental entender o conceito de povoado. Sendo assim, o povoado é tido como:

Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou

equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela. (IBGE, 1999, p. 74).

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza básica e apresenta abordagem qualitativa. De acordo com Paiva (2019), investigações dessa natureza desenvolvem-se no contexto real e buscam compreender, descrever e interpretar os fenômenos, procurando explicá-los a partir de diferentes perspectivas.

Além disso, possui objetivo descritivo e utiliza dados provenientes de fontes secundárias para o levantamento das motivações dos nomes dos povoados arapiraquenses relacionados à flora local. Para Paiva (2019, p. 12), “a pesquisa secundária utiliza dados de pesquisas já divulgadas”; assim, foram empregados métodos e procedimentos próprios dos estudos da Toponímia.

O *corpus* foi constituído por todos os 24 topônimos atribuídos aos povoados do município de Arapiraca, no estado de Alagoas, para uma pesquisa de mestrado em andamento. A partir desse *corpus*, este artigo seleciona um recorte composto pelos quatro fitotopônimos constituintes desse *corpus*. A listagem oficial dessas localidades foi obtida junto ao IBGE.

A escolha dessa taxie fundamenta-se na classificação proposta por Dick (1990), que compreende os fitotopônimos como nomes motivados por elementos da flora, e justifica-se pelo objetivo geral deste estudo que consiste em investigar a relação entre a vegetação do território arapiraquense e o processo de nomeação desses lugares.

Para a investigação etimológica e histórico-cultural dos topônimos, foram consultadas diferentes obras de referência, entre elas dicionários etimológicos, como o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Cunha (2012), o Dicionário de Tupi Antigo, de Navarro (2013), e a obra *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio (1943). Também foram consultados dicionários toponímicos, como o Dicionário Toponímico de Alagoas – DITAL (2018), além de diagnósticos comunitários rurais, documentos institucionais da Prefeitura Municipal de Arapiraca, leis municipais denominativas, artigos e livros especializados. Por fim, esses procedimentos metodológicos possibilitaram a organização do *corpus* da pesquisa, permitindo a posterior discussão dos resultados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *corpus* desta pesquisa é composto por um recorte de quatro fitotopônimos atribuídos a povoados arapiraquenses, quais sejam: Bananeiras, Laranjal, Taboquinha e Umbuzeiro, os quais serão analisados neste estudo.

De acordo com a classificação proposta por Dick (1992), os fitotopônimos são topônimos motivados pela flora, ou seja, por elementos de natureza vegetal. No contexto da zona rural de Arapiraca, esses nomes evidenciam a relação entre a paisagem natural e o processo de nomeação dos espaços, reforçando o caráter identitário e simbólico da toponímia rural local.

5.1 Fitotopônimos na nomeação dos povoados de Arapiraca

O uso de referências botânicas no processo nomeativo indica que o sujeito-nomeador se apoia no meio físico para escolher as nomenclaturas, configurando-se como uma prática recorrente. Conforme assinala Dick (1992, p. 35):

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre 'nome'

dos acidentes e o 'ambiente' em que ele se acha inscrito.

À luz dessa perspectiva, compreende-se que os fitotopônimos registram traços do ambiente e funcionam como marcas linguísticas da realidade geográfica e social. Levando em conta os nomes de lugares motivados pela flora, essa relação torna-se ainda mais evidente quando a vegetação representa o sustento e campo de atuação da população. Isquierdo (1997) apresenta, em sua pesquisa, a presença do elemento floresta como exemplo de uma das principais fontes de subsistência e trabalho para o homem da mata, evidenciando o papel central da natureza na organização social.

A seguir, serão apresentadas informações relativas à etimologia e à estrutura morfológica - bem como informações referentes ao contexto histórico e localização de cada topônimo analisado.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste tópico, serão apresentadas, analisadas e discutidas as nomeações de quatro povoados rurais do município de Arapiraca, classificados como fitotopônimos. A análise dos dados considera a classificação dos topônimos, bem como sua estrutura morfológica e etimológica, conforme os pressupostos teóricos adotados. Além disso, serão contemplados os aspectos históricos relacionados à origem dos nomes, a fim de compreender as motivações denominativas e sua relação com o contexto local.

6.1 Povoado Bananeiras

O povoado está localizado na zona rural do município de Arapiraca. O fitotopônimo Bananeiras se caracteriza como elemento específico simples, constituído pelo ML *banan-* + MGD *-eira* + MGF *-s. sf.* de origem africana (termo da Guiné), mas de étimo indeterminado 'fruto da bananeira, planta da fam. das musáceas' 'banana (em sua segunda acepção)' 1813 (Cunha, 2012). O povoado Bananeiras foi fundado em 1920, por João Francisco Aureliano e seu cunhado José Francisco da Silva. O nome da localidade surgiu em razão

da grande quantidade de bananeiras existentes próximas a uma nascente, onde moradoras costumavam se reunir para lavar roupas e dizer: “vamos lavar roupa nas Bananeiras”. Essa nascente continua abastecendo a comunidade até os dias atuais, e o cultivo de bananas foi, por muito tempo, uma importante atividade econômica, com produção destinada às feiras da região (Secretaria Municipal de Educação, 2025).

6.2 Povoado Laranjal

O povoado está localizado na zona rural do município de Arapiraca. O fitotopônimo Laranjal se caracteriza como elemento específico simples, constituído por ML *laranj-* + MGD *-al*. sf. do ár. *Nāranġa*, deriv. do persa *nāranġ* ‘fruto da laranjeira, planta da fam. das rutáceas’ (Cunha, 2012).

O povoado Laranjal existe desde o ano de 1890 e Antônio Raimundo de Lima e Artur Correia são reconhecidos como os primeiros habitantes do lugar, sendo Antônio Raimundo de Lima apontado como o fundador da comunidade. O nome teve origem devido à existência de uma fazenda com grande área plantada de laranjeiras (Diagnóstico comunitário rural, 2001).

6.3 Povoado Taboquinha

O povoado está localizado na zona rural do município de Arapiraca. O fitotopônimo Taboquinha se caracteriza como elemento específico simples, constituído por ML *taboqu-* + MGD *-inha*. sf. do tup. *ta’voka* ‘taquara’ (Cunha, 2012).

A localidade foi fundada em 1890 por Paulo e Rosa. O nome do povoado está relacionado à presença de grande quantidade de tabocas pequenas, conhecidas popularmente como taboquinha, planta utilizada na confecção de varas de anzol, varas para varais de fumo, entre outros usos (Diagnóstico comunitário rural, 2001).

6.4 Povoado Umbuzeiro

O povoado está localizado na zona rural do município de Arapiraca. O fitotopônimo Umbuzeiro se caracteriza como elemento específico simples, constituído por ML *umbuz-* + MGD *-eiro*. sm. do tup. *îuá-umbu* 'nome de uma planta anacardiácea (*Spondias tuberosa Arruda*), conhecida como umbuzeiro (Navarro, 2013).

O povoado Umbuzeiro surgiu em 1930, tendo como fundador Bernardino José da Silva. Inicialmente, o nome da localidade era Capim do Umbuzeiro pela proximidade com o Sítio Capim e pela existência de um frondoso pé de umbu na região, passando posteriormente a ser conhecido apenas como Umbuzeiro, denominação que permanece até os dias atuais (Diagnóstico comunitário rural, 2001).

Nesse contexto, ao analisar os nomes desses povoados de Arapiraca, constata-se como o referencial fitoponímico, principalmente frutas e plantas utilizadas para alimentação e fins artesanais, se apresentou como fator motivador para nomeação toponímica, influenciando práticas culturais e identitárias dessas localidades. A presença recorrente de designações como Bananeiras, Laranjal, Taboquinha e Umbuzeiro evidencia que a vegetação exerceu papel decisivo na organização desses espaços rurais.

Os fitotopônimos analisados não surgiram aleatoriamente, mas estão relacionados a recursos vegetais que foram marcantes para o desenvolvimento dessas comunidades. Nos nomes dos povoados Bananeiras e Laranjal, observa-se o vínculo com a produção agrícola; em Taboquinha, a planta está relacionada ao artesanato e outras atividades rurais; já em Umbuzeiro, a árvore é vista como elemento de localização para os moradores. Em todos os casos, a motivação do nome está ligada à abundância desses componentes da flora no lugar, tornando-os elementos primordiais para os moradores.

Observa-se que esse fenômeno de nomeação com base nas plantas da região não existe apenas no município arapiraquense, mas em todo o Brasil. De

acordo com o IBGE (2022), ao verificar a lista nacional com os nomes de lugares brasileiros, constata-se a grande recorrência dos nomes de acidentes humanos influenciados pelos elementos naturais, principalmente espécies vegetais, o que torna evidente que a flora é uma das matrizes motivadoras da toponímia no Brasil. Isso mostra que a vegetação constitui um padrão mais extenso da construção territorial brasileira.

Dessa forma, os fitotopônimos atuam como marcas linguísticas da paisagem e das práticas econômicas que estruturaram os povoados rurais, onde a nomeação frequentemente decorre de elementos visíveis ou relevantes à sobrevivência, como a vegetação. Observa-se, nesses espaços, uma relação estreita entre as comunidades e o ambiente natural, expressa nas práticas agrícolas e nos nomes dos lugares. Para Isquierdo (1996), as plantas constituem o campo de trabalho e a principal fonte de sobrevivência do homem, de modo que os fitotopônimos representam o vínculo entre ser humano e natureza, registrando essa interação cultural e ambiental.

Nesse cenário, os nomes de origem vegetal na zona rural de Arapiraca evidenciam a relação entre território, toponímia e cultura, refletindo as vivências dos indivíduos em seu espaço de moradia. A recorrência de elementos vegetais na nomeação dos povoados reforça o papel da paisagem natural na construção da identidade dos lugares.

7. CONCLUSÃO

A nomeação de lugares com base na vegetação é um ato recorrente no Brasil, representando uma prática simbólica que expressa a relação entre o ser humano e a natureza na construção dos territórios. Os nomes dos aglomerados rurais isolados do município de Arapiraca, Alagoas, estão presentes no discurso e na identidade de sua comunidade. Neste estudo, discutiram-se os nomes de povoados arapiraquenses relacionados à flora local e sua relação com as concepções de toponímia, território e cultura que se manifestam nos nomes desses povoados, evidenciando que os elementos

vegetais nos nomes de lugares refletem a influência da cultura e do espaço geográfico do sujeito-nomeador, fazendo com que os signos toponímicos expressem trajetórias identitárias e simbólicas do lugar.

A análise dos quatro fitotopônimos demonstrou que os nomes motivados pela vegetação revelam a importância da flora, sobretudo para fins alimentares e artesanais, como forma de subsistência dos indivíduos. No âmbito cultural, observou-se um vínculo agrícola decorrente das atividades econômicas locais, que se configura como meio essencial de sobrevivência e identidade coletiva. Quanto ao território, constatou-se que os nomes dos povoados se desenvolveram como marcos de formação e crescimento da área rural, refletindo aspectos históricos, geográficos e culturais da comunidade arapiraquense.

Conclui-se que a articulação entre Toponímia, Território e Cultura é fundamental para compreender as relações entre linguagem, espaço e identidade. Nas motivações dos nomes dos povoados de Arapiraca, verificou-se que o meio físico e os elementos culturais - como a memória coletiva, os saberes locais e as práticas políticas - se entrelaçam na escolha e permanência dos nomes, revelando as diversas camadas de sentido presentes no território. Logo, compreender a Toponímia como instrumento de análise territorial fortalece os estudos sobre os nomes de lugares, valoriza o saber popular e contribui para o reconhecimento das identidades regionais e a preservação do patrimônio imaterial.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Lei Estadual nº 1.009, de 30 de outubro de 1924.** Cria o município de Arapiraca, desmembrando-o do distrito de Limoeiro e de partes dos municípios de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás e Traipu. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 1924.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio (orgs.). **Agricultura familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- DANTAS, Cármem Lúcia. **Origem dos nomes dos municípios alagoanos.** Maceió: SECOM/AL, 2023.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica:** princípios teóricos e modelos taxonômicos. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A toponímia como meio de investigação linguística e antropocultural.** Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil - Portugal. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.
- ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DEP. JOSÉ PEREIRA LÚCIO. **Projeto Político Pedagógico.** Arapiraca: Secretaria Municipal de Educação, 2024.
- FACOMAR – Federação das Associações Comunitárias de Moradores do Município de Arapiraca; PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Diagnóstico comunitário rural:** Arapiraca pensada com seu povo. Arapiraca: Prefeitura Municipal de Arapiraca, 2001.
- FILHO, Gilberto Barbosa; SILVA, José Sandro da. **Esperidião Rodrigues: O Baluarte da Emancipação.** Arapiraca: Performance, 2024.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed., 15. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de**

Geografia, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão de Fabrício Gallo. Título original: The Evolution of the Concept of Territory (1975).

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **A denominação dos lugares no universo geográfico e social dos seringueiros do Acre: um estudo de toponímia**. 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico e cultura: o estudo toponímico como via de acesso à história sociocultural de uma comunidade. **Fronteiras – Revista de História**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 25-36, jul./dez. 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras – Revista de História da UFMS**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 27-46, jul./dez. 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas. **Revista Interface**. Guarapuava, vol. 4 n. 2, dez. 2013.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. **Dicionário toponímico de Alagoas (DITAL): municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos**. 2018. 361 f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. Língua e Cultura: marcas línguoculturais no léxico toponímico alagoano na produção do território de Igaci. **Fólio - Revista de Letras**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2024.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. **Dicionário Toponímico de Alagoas: Municípios e seus nomes**. São Paulo: Pontes, 2026.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. **Toponímia alagoana: recortes e abordagens**. Arapiraca: Eduneal, 2025.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**. São Paulo: Global, 2013.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de Pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Primeiro semestre de 2026 marca revolução na infraestrutura educacional de Arapiraca**. Arapiraca, 2026. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2026/05/primeiro-semester-de-2026-marca-revolucao-na-infraestrutura-educacional-de-arapiraca>. Acesso em: 10 maio 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Prefeito Luciano Barbosa inaugura escola no povoado Capim para mais de 750 alunos**. Arapiraca, 2026. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2026/01/prefeito-luciano-barbosa-inaugura-escola-no-povoado-capim-para-mais-de-750-alunos/>. Acesso em: 10 maio 2026.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

SOUZA, Maria Vitória Melo de. **Mapa da localização dos povoados de Arapiraca/AL**. 2026.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Território e abordagem territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Porto Alegre: [s.n.], 2004.

XAVIER, Rafael Albuquerque; DORNELLAS, Patricia da Conceição. **Caracterização ambiental do município de Arapiraca, Região Agreste de Alagoas**. Revista Ambientale, União dos Devotos de Nossa Senhora de Fátima (UNEAL), ano 3, vol. 1, p. 108-119, 2012.

SOBRE OS AUTORES:**Táís Caroline Leite dos Santos Aquino**

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

E-mail: taiscarolsantos@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5525-5906>.

Pedro Antonio Gomes de Melo

Graduado em Letras (Português e Inglês) pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e em Geografia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Mestre em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC/UNEAL).

E-mail: pedro.melo@uneal.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4873-564X>.

Artigo recebido em: 24 abr. 2026. | **Artigo aprovado em:** 25 maio 2026.